

Lars Schoultz

Estados Unidos: poder e submissão

uma história da política norte-americana
em relação à América Latina

Tradução
Raul Fiker

Revisão Técnica
Mary Anne Junqueira

o estabelecimento do império: cuba e a guerra contra a espanha

A aceitação de um protetorado prático sobre Cuba me parece o mesmo que assumir a responsabilidade de um hospício.

Ministro Stewart Woodford, 1898

A guerra de Cuba pela independência chegou aos Estados Unidos exatamente quando William McKinley formava seu gabinete, mas ninguém sabia ao certo o que o novo Presidente pensava a respeito da ilha caribenha que John Quincy Adams certa vez declarara “de transcendental importância para os interesses comerciais e políticos de nossa União.” Poucas semanas após a eleição de 1896, o Senador Henry Cabot Lodge perguntou a McKinley sobre a ilha. Cuba “está muito presente em minha mente”, ele respondeu. Lodge relatou a Theodore Roosevelt que “Ele gostaria que a crise viesse neste inverno e fosse acertada de uma maneira ou de outra antes de assumir as rédeas.”¹

McKinley devia saber que esta esperança era irrealista, pois a ilha sempre estivera tumultuada. Se pedissem a Hamilton Fish para identificar o problema mais incômodo que enfrentou durante seus oito anos como Secretário de Estado de 1869 a 1877, ele quase certamente teria mencionado Cuba, onde uma guerra de dez anos pela independência irrompeu antes da eleição de Grant em 1868, quando o jovem McKinley estava começando sua carreira de advogado em Ohio. Já nessa data, os problemas de instabilidade revolucionária – danos incidentais à propriedade de cidadãos americanos e complicações com a marinha mercante dos EUA – eram exacerbados pela proximidade de Cuba com os Estados Unidos. Fish mal conseguira aquecer a cadeira da secretaria de Estado, quando começou a receber notas formais da Espanha, queixando-se da “partida de várias expedições de flibusteiros em plena luz do dia, sem serem molestados, de Nova York e outros portos federais.”² A façanha mais impudente dos rebeldes foi comprar um

vapor dos EUA, o *Virginius*, que, com sua tripulação dos EUA, esgueirou-se pelo Caribe por dois anos, transportando contrabando para os rebeldes. Quando finalmente capturados pelos espanhóis em outubro de 1873, o capitão do navio e trinta e seis membros da tripulação foram sumariamente executados junto com dezesseis revolucionários, desencadeando uma reação tão velha quanto a república: com lágrimas num olho e fogo no outro, os amigos e parentes dos marinheiros mortos caíram sobre seus representantes no Congresso, exigindo vingança e compensação. Estimulados por esta pressão de seus constituintes, membros do Congresso sugeriram desde uma declaração de guerra até uma investigação completa. No caso do *Virginius*, como em outros, coube ao Departamento de Estado conduzir a investigação de rotina e preparar duas mensagens especiais sobre Cuba que o Presidente usou para apaziguar o Congresso. Não surpreendentemente, o Secretário Fish concluiu no fim de seu mandato que laços estreitos com Cuba seriam uma “calamidade sem atenuações.”³

Como esta era uma guerra que duraria dez anos e o mandato de Fish era de apenas oito anos, ele deixou o problema para o seu sucessor, William Evarts. Como Fish, Evarts nunca convenceu Madri de que a administração Hayes estava fazendo o que podia para conter os flibusteiros. Cuba saiu do foco dos refletores políticos de Washington quando a rebelião entrou num período de arrefecimento em 1878. Irrupções esporádicas de violência continuaram a ocorrer, todavia, e as sucessivas administrações se depararam com a necessidade de acolher as reclamações de cidadãos dos EUA cujos interesses eram prejudicados pelo prolongado conflito.

No curso desta atividade diplomática, funcionários em Washington regularmente recebiam informações de cônsules dos EUA em Cuba, que em sua quase totalidade não gostavam e desconfiavam tanto dos cubanos como dos espanhóis. Em 1883, por exemplo, quando a administração Arthur começou a negociar um acordo comercial com a Espanha para o comércio com Cuba e Porto Rico, o Cônsul dos EUA, Adam Badeau, recomendou o maior cuidado. Ele descreveu a “submissão da ilha a uma tirania financeira e comercial sem igual no mundo atual pela sua rapinagem, iniquidade e severidade, e dificilmente rivalizada em todos os longos anais do despotismo colonial.” Esta tirania, por sua vez, levava à “miséria e angústia de todos, condenados à pobreza e ruína,” e a revolta era a consequência – “a canga que pesa sobre os pescocinhos...despertou novamente o sentimento de rebelião.” Badeau era, não obstante, um entusiasta das “sedutoras oportunidades” que Cuba oferecia a comerciantes dos EUA, embora ele advertisse que as autoridades coloniais espanholas, “movidas por uma combinação de malevolência, ciúmes e cupidez egoísta, fazem com persistência tudo em seu poder para ultrajar e prejudicar cidadãos americanos, navios americanos, marinheiros americanos e o comércio americano.” Como os residentes nativos eram dificilmente melhores que seus opressores espanhóis, Badeau aconselhava contra a anexação, sugerindo, ao invés disto, que o comércio poderia remediar o atraso de Cuba: ele iria “estender ao país e a seus habitantes as

vantagens do contato com a civilização mais elevada, a maior energia e a moralidade mais pura da América.”⁴

A descrição que Badeau fazia da Cuba espanhola era típica de muitas outras recebidas em Washington durante as décadas após a Guerra Civil dos EUA, e elas quase certamente contribuíam para a visão oficial da Cuba espanhola, uma visão que, primeiro Cleveland e depois McKinley, utilizariam para interpretar uma nova revolta de grandes dimensões que irrompeu no início de 1895. As notícias desta vez vinham não de Cuba, mas de Nova York, o quartel-general do partido revolucionário cubano, que lançara o apelo pela Independência. Em abril, Antonio Maceo, José Martí e Máximo Gómez haviam retornado para liderar a luta contra as autoridades espanholas, e desta vez os rebeldes pareciam ter conseguido o apoio de grande número de cubanos, muitos dos quais haviam sido afetados por uma severa recessão causada por uma queda no preço do açúcar.⁵ Começando na extremidade leste da ilha, a revolta logo espalhou-se para as províncias cubanas de Camagüey e Las Villas, o coração da economia açucareira cubana. No fim do ano, a rebelião havia se espalhado através da ilha.

No final de 1895, a atenção do Presidente Cleveland e do Secretário de Estado Olney estava centrada na disputa fronteiriça venezuelana, e a reação inicial dos EUA à rebelião cubana foi simplesmente emitir duas advertências pro forma aos flibusteiros. Mas, em setembro, Olney foi abordado por “um dos maiores proprietários de terras de Cuba, um homem de grande riqueza, que empregava em suas propriedades cerca de oitocentas pessoas, um cidadão americano,” e o Secretário de Estado escreveu ao Presidente Cleveland um longo memorando indicando simpatia pelos revoltosos. Olney argumentava que os rebeldes “tinham o direito de pedir, creio eu, que nos informemos sobre a questão, se eles são meramente bandos de bandidos irregulares, ou se são uma porção substancial da comunidade revoltando-se contra condições intoleráveis e procurando, sinceramente e com boa fé, o estabelecimento de uma melhor forma de governo.”⁶

Então, no início de 1896, quando os ingleses expressaram a disposição de negociar um fim para a disputa fronteiriça venezuelana, Olney ficou livre, por sua vez, para voltar toda sua atenção para Cuba. Em abril ele presenteou os espanhóis com uma longa nota, descrevendo o efeito desintegrador do conflito sobre os interesses econômicos dos EUA e os perigos enfrentados por cidadãos dos EUA vivendo em Cuba. Alertando que “os Estados Unidos não podem contemplar com complacência outros dez anos de insurreição cubana,” Olney polidamente sugeria que os espanhóis permitissem autonomia limitada. A resposta espanhola foi conciliatória, expressando a disposição de Madri “de adotar tais reformas conforme possam ser úteis ou necessárias,” mas apenas “assim que a submissão dos revoltosos seja um fato consumado.” O enviado da Espanha observou tacitamente que isto poderia ocorrer mais rapidamente se “todo o povo dos Estados Unidos...parassem completamente de prestar ajuda ilegal aos insurgentes.”⁷

Nesta altura, nem Cleveland nem Olney sabiam como proceder. Em julho de 1896, três dias após a convenção do partido democrata ter rejeitado a lideran-

ça de Cleveland nomeando William Jennings Bryan para seu candidato presidencial, o Presidente, já em fim de mandato, escreveu a Olney respondendo a uma proposta de que os Estados Unidos adquirissem a ilha: “Seria absurdo para nós comprar a ilha e presentear a ao povo que a habita atualmente, e pôr o governo e administração em suas mãos.” Cleveland não indicava por que ele considerava isto absurdo, mas uma razão pode ter sido sua avaliação sobre os insurgentes cubanos. Dois anos mais tarde, com a irrupção da guerra, ele observava a Olney que eles eram “os mais desumanos e bárbaros cortadores de gargantas no mundo.”⁷⁸

O Presidente aguardou até sua mensagem final ao Congresso para levantar novamente a questão. Após apresentar uma longa visão geral do conflito, Cleveland propôs uma solução (“uma medida de autonomia...embora preservando a soberania da Espanha”) e avisava que “não se pode supor razoavelmente que a atitude até aqui de expectativa dos Estados Unidos será indefinidamente mantida.” Ele deu duas razões para preocupação – a magnitude dos investimentos dos EUA em Cuba e o humanitarismo: “Quando a incapacidade da Espanha de lidar efetivamente com a insurreição tornou-se manifesta e está demonstrado que sua soberania está extinta...e quando uma luta sem esperança por seu restabelecimento degenerou numa disputa que não significa mais do que sacrifício inútil de vidas humanas e a completa destruição do próprio objeto do conflito, apresentar-se uma situação em que nossas obrigações para com a soberania da Espanha serão superadas por obrigações mais elevadas, que dificilmente podemos hesitar em reconhecer e cumprir.”⁷⁹

A administração McKinley herdou, assim, o que havia se tornado (e permanecia) um problema crônico das relações EUA – América Latina, a instabilidade caribenha estava alcançando os Estados Unidos, prejudicando interesses econômicos do país e despertando preocupação humanitária. Então, como agora, esta era uma mistura volátil, e é indicativo do temperamento do Presidente McKinley que ele não tenha sido imediatamente empolgado pelo clamor por ação. Muito pelo contrário, ao escolher o idoso John Sherman como seu Secretário de Estado (para liberar uma cadeira no Senado por Ohio para Marcus Hanna), McKinley sinalizava que a política externa não iria ser sua prioridade máxima. Não fosse pelo ruidoso endosso de ativismo que havia sido escrito na plataforma republicana, um apostador bem informado no dia da posse teria apostado que a equipe de política externa de McKinley e Sherman, assessorada pelo confidente de McKinley, William Day – três nativos do Ohio com experiência de política externa extremamente limitada – seria bem menos ativa do que a de Cleveland e Olney.

Mas o novo Presidente aceitou a declaração de 1896 de seu partido de que “o governo dos Estados Unidos deve usar ativamente sua influência e bons ofícios para restaurar a paz” em Cuba. Pressionado pelo Ministro dos EUA, Stewart Woodford, no fim de 1897, o governo espanhol anunciou uma série de reformas, e McKinley respondeu com otimismo comedido, dizendo ao Congresso em sua primeira mensagem anual que a Espanha “deve ter uma oportunidade razoável...para provar a eficácia assegurada na nova ordem de coisas com a qual

está irrevogavelmente comprometida.”¹⁰ Se as reformas falhassem, McKinley avisou, “outra ação dos Estados Unidos deverá ser levada a cabo.” Entretanto, mesmo nesta altura dos acontecimentos – poucos meses antes do afundamento do *Maine* – o Presidente foi claro em sua oposição à expansão: “Não falo de anexação pela força, pois isto não pode ser cogitado. Isto, pelo nosso código de moralidade, seria uma agressão criminosa.”¹¹ Referindo-se ao clamor por guerra, McKinley disse ao ex-Secretário de Estado John Foster que “essas pessoas terão uma visão diferente da questão quando seus filhos estiverem morrendo em Cuba de febre amarela.”¹²

Há duas explicações complementares para a guerra que logo viria, a despeito dos sentimentos de McKinley. Uma era o estado de espírito do público, que favorecia uma política externa mais agressiva, um estado de espírito criado por três grupos separados mas relacionados. O primeiro grupo eram os próprios republicanos de McKinley, pois como observara um jornal, logo antes da posse, “um partido que tem estado por quatro anos rugindo como um leão por uma guerra no estrangeiro pode não achar tão fácil mudar e levar a vida doce e submissa de um carneiro, mesmo nos verdes pastos do poder e dos favores políticos.”¹³

A atenção dos agressivos republicanos foi atraída para Cuba por uma nova força política, a comunidade cubana expatriada, liderada por uma junta baseada em Nova York, uma força ao mesmo tempo sofisticada e rude. A rudeza era demonstrada em seu *lobbying* direto, muito do qual era contraprodutivo, enquanto a sofisticação ficava evidente quando ela centrava suas energias na mídia, praticamente escrevendo as notícias para vários dos principais jornais. Uma das mais importantes destas reportagens explodiu nas manchetes num momento crítico no início de 1898, quando a junta destruiu a credibilidade do ministro espanhol em Washington, Enrique Dupuy de Lôme. O enviado havia mandado uma carta privada a um editor espanhol na qual ele caracterizava o Presidente McKinley como “fraco e posando para a admiração da multidão, além de ser um político alcoviteiro que tenta deixar a porta aberta atrás de si, enquanto fica em bons termos com os chauvinistas de seu partido.” Há várias explicações de como a carta foi parar nas mãos do conselheiro legal da junta, Horatio Rubens, mas não há dúvidas de que Rubens a entregou ao *New York Journal*, que publicou um fac-símile em 9 de fevereiro. Compreensivelmente ofendido pelas palavras de Dupuy de Lôme, McKinley exigiu a retirada do enviado, e Dupuy de Lôme imediatamente ofereceu sua renúncia. Em consequência, a Espanha tinha apenas um encarregado em Washington, uma semana mais tarde, quando ocorreu o desastre do *Maine*.

O segundo grupo, ajudando a criar o estado de espírito do público para uma política externa dos EUA mais agressiva, era composto de editores e diretores de jornais da nação. Em 1896, os principais partidos já eram simpatizantes da independência cubana, e, portanto, o papel da imprensa era construir sobre este sentimento existente, intensificando a opinião pública numa febre de guerra durante uma era em que o jornalismo era dominado pelo sensacionalismo. A meca do novo jornalismo era Nova York; foi lá, em 1895, que um jovem californiano,

que acabara de converter o respeitável jornal de San Francisco, de seu pai, num tablôide inconsistente mas altamente lucrativo, comprou o moribundo *New York Journal* e imediatamente entrou em uma guerra de circulação com o *New York World* de Joseph Pulitzer. Do mesmo modo que Pulitzer, que nada tinha a aprender em matéria de sensacionalismo, a estratégia de William Randolph Hearst era ganhar o mercado da massa de leitores sem sofisticação, muitos deles imigrantes que estavam aprendendo inglês através dos jornais. Ele cortou o preço do exemplar pela metade, para um *penny*, contratou o melhor talento disponível,¹⁴ passou a publicar notícias sensacionalistas pouco se importando com a precisão das reportagens que imprimia. Anos mais tarde, o Senador progressista George Norris afirmaria que os jornais de Hearst “espalhando-se como uma teia venenosa por todas as partes do país, constituem o sistema de esgotos do jornalismo americano.”¹⁵

Isto, porém, foi anos mais tarde. Agora, no final da década de 1890, Hearst estava apenas começando a desenvolver seu talento para transitar dentro e fora da área cinzenta entre verdade e fantasia, apenas começando a demonstrar que não havia baixeza jornalística diante da qual ele recuaria; para proteger seu mercado, Pulitzer (que fora o modelo de Hearst quando este transformou em sensacionalista o *San Francisco Examiner*) também tornou-se ágil em transitar e não recuar. Procurando material para excitar seus leitores, repórteres de ambos os diários logo fixaram seus olhares na guerra de independência de Cuba. Desde o início eles foram ajudados em grande escala pela junta em Nova York. Em suas memórias, o conselheiro legal da junta, Horatio Rubens, descreve como os repórteres iam todas as tardes ao seu escritório em busca de notícias; com o tempo, esses encontros vieram a ser conhecidos como o “clube do amendoim,” com Rubens fornecendo tanto os amendoins quanto qualquer informação sobre Cuba, verdadeira ou não, que a junta queria ver aparecer nos jornais.¹⁶

Foi deste modo que “a imprensa marrom” veio a ganhar sua reputação de exagero e sensacionalismo através de reportagens sobre a cruel opressão espanhola sobre os cubanos amantes da liberdade. Levou apenas uns poucos meses para Pulitzer, Hearst e um monte de concorrentes converterem a rebelião cubana numa moderna peça de moralidade, com relatos detalhados de batalhas encarniçadas, fictícias e reais, freqüentemente suplementadas por narrativas em primeira pessoa de autenticidade questionável, com o foco sempre sobre os atos particularmente pusilâmines dos espanhóis. Todos os artigos traziam um apelo implícito ou explícito aos funcionários em Washington para protegerem a honra da nação diante das indignidades espanholas. Um caso típico foi a cobertura dada a um episódio em que autoridades espanholas abordaram um navio com a bandeira dos EUA, o *Olivette*, quando ele se preparava para zarpar de Havana no início de 1897. Suspeitando que alguns dos passageiros levavam mensagens aos rebeldes, os espanhóis ordenaram que eles fossem revistados. Indignado com esta interferência na navegação dos EUA, o *Journal* irrompeu com uma manchete caracteristicamente incendiária – “Nossa Bandeira Protege Mulheres? Indignidades Praticadas por Funcionários Espanhóis a Bordo de Navios Americanos. Jovens Fi-

nas Despidas e Revistadas por Espanhóis Brutais Sob Nossa Bandeira no Olivette” – e presenteava seus leitores com um desenho de Frederic Remington no qual maliciosos funcionários espanhóis revistavam uma jovem cubana nua. Clamando por uma declaração de guerra, o repórter Richard Harding Davis escreveu que “a guerra é uma coisa assustadora, mas há coisas mais assustadoras, e uma delas é a desonra.”¹⁷ O jornal concorrente *World* apareceu em seguida com uma das mulheres, que relatava ter sido revistada em intimidade por uma matrona, e, ao mesmo tempo, o Deputado por Nova York, Amos Cummings, havia submetido uma “Resolução de Inquérito na Câmara Relativo ao Alegado Desnudamento de Passageiras no Vapor Olivette.”¹⁸

Surgiu, então, o caso de Cisneros. Tratava-se de uma jovem cubana, Evangelina Cosío y Cisneros – “de apenas 18 anos de idade, culta, talentosa e linda” – que estava sendo mantida na notória prisão de Recojidas em Havana, “oprimida por resistir aos avanços ultrajantes de um selvagem em uniforme espanhol,” relatava uma publicação de Hearst.¹⁹ A senhorita Cisneros era também filha de um líder rebelde. O *Journal* contava que seu encarceramento ocorria sob as mais opressivas condições imagináveis, e que ela estava lentamente afundando nos “últimos estágios do desespero.” Acusando a administração McKinley de se recusar a agir, em 1897 Hearst lançou sua própria campanha para salvar a senhorita Cisneros. A viúva de Jefferson Davis foi recrutada para enviar uma petição a Maria Cristina, a Rainha Regente da Espanha. Ao mesmo tempo, o *Journal* descobriu que Julia Ward Howe estava disposta a ajudar, e o jornal facilitou (e propagandeou) seu apelo ao Papa Leão, acabando por enviar-lhe uma petição assinada por vinte mil mulheres, inclusive a mãe do Presidente McKinley e a esposa do Secretário de Estado.

Quando esta estratégia não surtiu resultados rápidos, Hearst conseguiu que seu repórter de maior destaque em Havana arranjasse uma fuga da prisão, e, em 10 de outubro, o *Journal* irrompeu com esta manchete: “Evangelina Cisneros Resgatada Pelo Journal. Um Noticioso Americano Realiza De Um Só Golpe o Que a Burocracia da Diplomacia Não Conseguiu Realizar em Muitos Meses.” O jornalista, que contou a sua história da fuga no prefácio do livro da senhorita Cisneros, rapidamente publicou uma autobiografia, relatando: “Quebrei as grades de Recojidas e libertei a linda cativa do monstro Weyler...É uma ilustração dos métodos do novo jornalismo.”²⁰ O que ocorreu exatamente, provavelmente, nunca será revelado, mas é difícil acreditar que a fuga poderia ter sido bem sucedida sem a distribuição de dinheiro de Hearst entre as autoridades da prisão. Entretanto ela foi realizada, a jovem foi libertada, em seguida rapidamente removida do país para uma recepção de heroína em Nova York – um desfile com confete e serpentina pela Broadway, um comício-monstro, almoço no Delmonico’s com os mais proeminentes políticos de Nova York, e em seguida para Washington para um encontro com o Presidente. Nos dias seguintes o *Journal* dedicou ao caso de Cisneros 375 colunas impressas.²¹

Esta atividade toda chegou a afetar a opinião pública? Certamente é como um desfile com confete e serpentina em Nova York seria interpretado hoje, do

mesmo modo que os índices de leitores que indicavam o interesse do público. Ao publicar mais sobre atrocidades espanholas em Cuba, Hearst vendia mais, e suas reportagens (ao lado das de Pulitzer) eram reproduzidas por dúzias e dúzias de jornais em todo o país, muitos deles combinados nos primeiros conglomerados de mídia da nação, de propriedade de homens como Pulitzer e Hearst. Em Nova York, a circulação do *Journal* subiu de 30.000 em 1895 para 400.000 em 1897; e depois que o U.S.S. *Maine* afundou no porto de Havana, quando o *Journal* dedicou uma média diária de oito *páginas* à tragédia durante uma semana, o jornal de Hearst tornou-se o primeiro a vender um milhão de exemplares num só dia. Funcionários públicos, sem dúvida, sabiam que o caso Cisneros, como muitos outros, havia sido fabricado quase inteiramente pela imprensa, mas não era esta a questão. A questão, como o Senador Orville Platt observava já em 1895, era que tudo isso estava afetando a opinião pública: “os absurdos do jornal sobre o que está acontecendo lá, embora publicados num dia e contraditos no outro, parecem agitar a agressividade nas mentes das pessoas.”²² Esta afirmação foi suficiente para encorajar ação em Washington. O Presidente McKinley tinha forte aversão pela imprensa marrom, cuja maior parte era de propriedade de democratas, mas o Senado quase clamou por guerra em consequência do caso do *Olivette*.

O terceiro grupo que procurava criar um estado de espírito público para uma política externa mais agressiva, era composto por políticos conhecidos coletivamente como “*jingoes*,”* que representavam os defensores nesta geração do *Destino Manifesto*, revestidos pela linguagem moderna do darwinismo social. Liderados por Theodore Roosevelt, Secretário Assistente da Marinha de guerra de McKinley, e pelo Senador Henry Cabot Lodge, eles exerciam pressão constante por uma política externa mais agressiva e belicosa.

Inquieto, irrefletido e possuído de um insaciável desejo de proteger a masculinidade da nação, Roosevelt lutava com unhas e dentes contra qualquer proposta que pudesse amolecer as pessoas, chegando ao ponto de conceber a tarifa aduaneira como uma questão de caráter masculino: “Neste país a indulgência perniciosa na doutrina do livre comércio parece produzir inevitavelmente degeneração adiposa da fibra moral.” Para Roosevelt, a guerra era a maneira pela qual as civilizações superiores demonstravam sua superioridade, “empurrando” seus inferiores e deste modo aperfeiçoando a raça humana. Este darwinismo social pode ser explicação suficiente para a belicosidade de Roosevelt, mas é difícil ler sua correspondência e não concluir que alguma motivação adicional vinha da percepção de que a guerra oferecia uma oportunidade para ascensão pessoal. Em 1886, quando irromperam tumultos ao longo da fronteira mexicana enquanto Roosevelt, recém-enviuado, recuperava-se em seu rancho

* O termo “jingão” era originalmente um eufemismo para “Jesus,” cunhado por adeptos da beligerância inglesa contra a Rússia em 1878, que diziam “por jingão” ao invés do blasfemo “por Jesus” numa canção chauvinista da época. Com o tempo, “jingão” veio a descrever qualquer pessoa favorável à expansão ou imperialismo.

no Território de Dakota, rapidamente escreveu a Lodge para pedir um favor: “Escrevi para o Secretário [da Guerra] Endicott oferecendo levantar algumas companhias de fuzileiros montados aqui para o caso de problemas com o México. Você me telegrafe rapidamente se a guerra se tornar inevitável?...Não tenho a menor idéia se vai haver algum problema; mas como minha oportunidade de fazer algo no futuro que valha a pena parece-me cada vez menor, pretendo agarrar qualquer oportunidade que reverta isto.”²³ Ao invés de torná-lo um reitor de universidade, como geralmente acontece com este tipo de pessoa, o destino fez de Roosevelt um político.

Líderes como Roosevelt dificilmente poderiam anunciar publicamente que a guerra constituiria um impulso em suas carreiras, mas eles podiam, e de fato argumentavam, que a guerra é a medida do caráter de uma nação. Em 1895, Roosevelt publicou um artigo fustigando os “tagarelas solenes” que pediam por uma solução pacífica para a disputa fronteiriça venezuelana: “Eles são inteiramente incapazes de sentir um frêmito de emoção generosa, ou o mais ligeiro latejo daquele pulso que dá ao mundo estadistas, patriotas, guerreiros e poetas, e que faz de uma nação mais do que um empecilho sobre a face da terra.” Para Roosevelt, “todas as grandes raças foram raças lutadoras, e o minuto em que uma raça perde suas virtudes combativas, então, não importa o que mais ela possa reter, não importa o quanto habilidosa em comércio e finança, e, ciência ou arte, ela perdeu seu direito ao orgulho em estar em igualdade com as melhores. A covardia numa raça, como num indivíduo, é um pecado imperdoável.”²⁴ Que isto não era simplesmente bravata de um político é corroborado por correligionários de Roosevelt, que brincavam entre si sobre seu compromisso com a guerra. Respondendo à sugestão de Roosevelt, em 1911, de que os Estados Unidos declarassem guerra contra o México, o Presidente William Howard Taft alertou o Secretário de Estado Knox, “a verdade é que ele acredita na guerra e deseja ser um Napoleão e morrer no campo de batalha. Ele tem o espírito dos antigos *Berserkers*.”²⁵

Um freudiano argumentaria que Roosevelt apoiava a guerra porque ele era estimulado pelo ato masculino de disparar armas – armas grandes, com canos longos e firmes que ejaculavam com abandono selvagem quando disparadas. Ele fazia pontaria em qualquer “presa legal” durante a temporada de caça; de fato, é inteiramente possível que ele tenha matado mais animais do que qualquer outro cidadão dos EUA na história.²⁶ Em 1902, ele reconsiderou brevemente as implicações de seu passatempo, dizendo ao Congresso que “o morticínio insensível resultado da caça, que pode através de judiciosa proteção ser permanentemente preservada em nossas reservas nacionais para o povo como um todo, deveria terminar de uma vez.” Roosevelt logo mudou de idéia, contudo, e de 1909 a 1910 partiu para um ano de caçadas na África para celebrar o término de sua Presidência. Nesta ocasião escreveu a seu filho que “matei quatro bons leões além de dois filhotes; foi excitante, e você teria adorado. Também matei dois rinocerontes, ambos no ataque, um hipopótamo e duas girafas, além de vários antílopes, zebras e daí por diante.”²⁷

A febre de guerra de Roosevelt era estimulada por seu amigo próximo Henry Cabot Lodge, que manteve uma cadeira no Senado, desde 1893 até sua morte, 31 anos depois. A principal contribuição de Lodge à política dos EUA do fim do século XIX foi legitimizar a discussão do *Destino Manifesto*. Ele lembrou os cidadãos dos EUA de sua orgulhosa herança “de conquista, colonização e expansão territorial inigualada por qualquer povo no século XIX,” e acrescentou: “Não devemos nos restringir agora...Nos interesses de nosso comércio e de nosso mais pleno desenvolvimento devemos construir o canal da Nicarágua e para a proteção desse canal e em prol de nossa supremacia comercial no Pacífico, devemos controlar as Ilhas Havaianas e manter nossa influência em Samoa. A Inglaterra coalhou as Índias Ocidentais de fortalezas que são uma ameaça constante ao nosso litoral Atlântico. Devemos ter entre aquelas ilhas ao menos uma forte estação naval, e quando o canal da Nicarágua estiver construído, a ilha de Cuba, ainda esparsamente colonizada e de fertilidade quase ilimitada, tornar-se-á para nós uma necessidade.”²⁸

Por anos foi comum assegurar que toda essa pressão (uma tripla combinação de *lobbying* cubano, imprensa marrom e os jingoístas, partidários do *Destino Manifesto*) inflamou a opinião pública e deste modo arrastou um relutante mas decisivamente impotente McKinley para a guerra. Ninguém estava mais convencido desta explicação que o ex-Presidente Cleveland: “Me parece ser aquela velha história de bons motivos e intenções sacrificados a falsas considerações de condescendência e harmonia partidária. McKinley não é uma vítima de ignorância, mas de fraqueza amável e ambição política.”²⁹

Como Louis Pérez demonstrou, contudo, o estado de espírito do público é provavelmente uma explicação incorreta ou ao menos incompleta para a guerra. Pérez enfatiza a preocupação da administração McKinley com o destino da estratégia e dos interesses dos EUA sob um governo cubano independente.³⁰ Como vimos, comerciantes dos EUA haviam desenvolvido um comércio substancial com a Cuba espanhola no século XVIII, e, no século XIX, os cubanos reuniram-se aos comerciantes norte-americanos num número significativo de investidores, de modo que o Presidente Cleveland não estava exagerando quando disse ao Congresso, em seu discurso de despedida de 1896, que “nosso atual interesse pecuniário em [Cuba] fica atrás apenas daquele do povo e do governo da Espanha.”³¹ Cleveland voltou, então, a Princeton, e deixou que a administração McKinley se preocupasse com a segurança dos interesses dos EUA em Cuba.

Se tivessem consultado os arquivos, os funcionários da nova administração teriam visto que o Departamento de Estado vinha recebendo, há anos, informação nada promissora sobre os cubanos; em 1886, por exemplo, o Cônsul Adam Badeau havia caracterizado os residentes da ilha como “um povo heterogêneo e estranho, desacostumado ao republicanismo e muitos deles também à civilização e ao cristianismo.”³² O fluxo desses despachos diplomáticos e comunicações de investidores privados aumentou significativamente quando a rebelião irrompeu em 1895, e a maior parte deles assegurava ou implicava que os rebeldes cubanos

eram radicais instáveis. O magnata do açúcar, Edwin Atkins descreveu o “lado insurgente” ao Secretário Olney como “o elemento negro associado a aventureiros do estrangeiro (dos quais há muitos) que estão atrás de poder ou ganho.”³³ Cleveland não precisava ser convencido, pois ele havia conhecido diretamente este radicalismo em seus contatos com expatriados cubanos; ele se queixava de ser “repetidas vezes ameaçado por homens e mulheres exaltados com calamidades medonhas que me atingiriam e aos meus filhos por causa de minha suposta inimizade à causa cubana.” McKinley, por sua vez, foi avisado por seu ministro na Espanha que a falta de educação dos cubanos, a população substancialmente não branca da ilha, suas exacerbadas divisões entre *Peninsulares* e *Criollos* e seu histórico de corrupção oficial indicavam a necessidade de controle dos EUA: “A aceitação de um protetorado prático sobre Cuba me parece o mesmo que assumir a responsabilidade de um hospício.”³⁴

A solução deveria ser encontrada na divisão dentro da sociedade *criolla*. Como relatou o Cônsul Geral Fitzhugh Lee, “os cubanos militares querem uma República Independente e os cidadãos cubanos inteligentes e educados desejam Anexação à nossa República.”³⁵ Ocorreu, então, que quando a revolução fugiu do controle (tanto da Espanha quanto da elite *criolla*) e McKinley sentou-se para escrever sua mensagem de guerra, seu enfoque foi sobre desalojar os espanhóis e controlar os revolucionários. Isto, argumenta Pérez, é o que o Presidente quis dizer quando escreveu que agia em defesa de “interesses americanos em perigo” e da necessidade de “assegurar na ilha o estabelecimento de um governo estável, capaz de manter a ordem e observar suas obrigações internacionais.”³⁶

Esta mensagem, contudo, estava ainda alguns meses no futuro. No fim de 1897 e início de 1898, houve intensas manobras diplomáticas, boa parte das quais centrava-se em pressionar a Espanha a vender Cuba aos Estados Unidos. Nesse momento, a administração também tomou a precaução de sondar como as potências européias poderiam reagir se os Estados Unidos declarassem guerra. O novo enviado de McKinley à Espanha relatou “que a maioria dos ingleses, franceses e alemães vêem Cuba como dentro da zona legítima de influência americana e não estariam inclinados a indignar-se com alguma ação dos Estados Unidos que fosse justa, humana e coadunada com os propósitos progressistas da civilização moderna.” Mais tarde, Lord Balfour disse ao Embaixador John Hay que “nem aqui nem em Washington o Governo Britânico propôs dar quaisquer passos que não fossem aceitáveis para o Governo dos Estados Unidos.”³⁷

Com o prosseguimento do diálogo diplomático EUA-Espanha, no início de 1898 os espanhóis inauguraram um novo governo reformista que incluía autonomia substancial. Os conservadores de Havana protestaram, e o Cônsul Geral Fitzhugh Lee relatou esse protesto em linguagem incendiária: “Multidões, lideradas por militares espanhóis, atacaram hoje as sedes de quatro jornais que defendem a autonomia.”³⁸ Depois de Lee enviar diversos cabogramas semelhantes, inclusive um sugerindo que “navios devem ser enviados” porque “a excitação e a incerteza predominam por toda parte,” McKinley decidiu deslocar o navio de

guerra *Maine* de Key West para o porto de Havana. Ele chegou em 25 de janeiro e esteve ancorado até a noite de 15 de fevereiro, quando uma explosão rasgou o casco do navio, mandando-o ao fundo do porto e causando a morte de 260 marinheiros dos EUA. Além de ser uma tragédia humana, o afundamento do *Maine* provou ser um desastre diplomático da maior magnitude. Ele quebrou a resistência daqueles que faziam frente às pressões de flibusteiros e lobistas cubanos, de Hearst e Pulitzer, de Roosevelt e Lodge.

O Presidente McKinley imediatamente designou uma comissão da marinha para investigar a causa da explosão. Enquanto ela examinava o desastre, a imprensa aticava a opinião pública em brasas para criar chamas. “O País Inteiro Arde em Febre de Guerra,” trombeteava o *Journal*, enquanto o diário de Pullitzer trazia a manchete: “Febre de Guerra Emergindo das Provas do *World*.”³⁹ O Senador Orville Platt queixava-se numa carta a um amigo que “aqueles que têm clamado por liberdade e autonomia e guerra, formaram um estado de espírito no país de que algo deve ser feito, e rapidamente, para mudar a condição das coisas em Cuba, e eu acho que o Congresso acredita que este sentimento é mais forte e mais geral do que realmente é.”⁴⁰ Mergulhado numa fúria absoluta, o Secretário Assistente de Estado Roosevelt contribuiu para a histeria. “Pessoalmente não posso compreender como nosso povo pode tolerar a infâmia abominável dos últimos dois anos de domínio espanhol em Cuba; e, mais ainda, como eles podem tolerar a destruição traiçoeira do *Maine* e o assassinato de nossos homens! Sinto isto tão profundamente, que é com grande dificuldade que posso me conter.”⁴¹

Foi nesta atmosfera carregada que o Presidente McKinley enviou o relatório da Marinha ao Congresso. Nele constava que a explosão “pode apenas ter sido produzida por uma mina situada sob o fundo do navio.” O Presidente disse ao Congresso “que o navio foi destruído pela explosão de uma mina submarina.”⁴² Apenas anos mais tarde ficou claro que os danos foram tão severos e a sujeira no chão do porto era tão densa que ninguém poderia estar certo do que havia acontecido. Um mergulhador relatou à Comissão de Inquérito que ele mergulhara com lama “na altura das axilas.” Quando indagado sobre sua visão, um outro mergulhador respondeu: “Posso enxergar bem quando a água está de alguma maneira limpa, mas esta água não é limpa. Não se pode enxergar além de um pé ou dezoito polegadas à frente.” Finalmente, o buraco principal foi localizado, mas os mergulhadores tiveram dificuldades em inspecioná-lo: “Eles dizem que a lama é tão profunda que lhes seria impossível andar no fundo.”⁴³

Talvez porque esses detalhes do inquérito da Marinha não foram tornados públicos na época, ou talvez porque a mensagem do Presidente soara tão definitiva, ninguém sugeriu que os Estados Unidos fizessem uma pausa para se certificar do que havia acontecido. A suspeita de um encobrimento tornou-se uma proeminente questão partidária após a guerra, contudo, e os democratas exigiram um segundo exame do naufrágio; eles foram apoiados por grupos de veteranos que queriam dar aos mortos um enterro apropriado e pelos engenheiros do porto de Havana que queriam livrar seu porto dos destroços. A Marinha, inicialmente

te, recusou-se a discutir a revisão de um caso encerrado, mas de 1912 a 1913, logo após os democratas recuperarem a Casa Branca, o *Maine* foi erguido e reexaminado. Na época, nenhum relatório foi enunciado para contradizer a opinião da Marinha em 1898, e para se assegurar de que os democratas não tivessem acesso a nenhuma outra prova, em março de 1913 a Marinha rebocou o que restara do navio para águas profundas a quatro milhas da costa cubana e afundou-o. Anos mais tarde, o legendário e independente Almirante Hyman Rickover preparou um estudo elaborado usando as fotografias detalhadas e outros dados obtidos em 1912 e 1913. Ele concluiu que “com toda probabilidade, o *Maine* foi destruído por um acidente que ocorreu dentro do navio...O que aconteceu? Provavelmente um incêndio no bunker A-16.” “Não há provas de que uma mina tenha destruído o *Maine*.”⁴⁴

O estudo de Rickover foi publicado em 1976; em 1898 ninguém contradisse McKinley e a Marinha, que atribuíram firmemente a responsabilidade a uma mina submarina. Com isto, a sorte estava lançada. “Não tenho dúvida alguma que a guerra teria sido evitada se o *Maine* não tivesse sido destruído no porto de Havana,” escreveu o Senador Shelby Cullom em suas memórias. “O país nos forçou a ela depois daquela terrível catástrofe.” O Senador Platt concordava: “quando, por acidente ou desígnio, o bom navio *Maine*, com seus marinheiros americanos a bordo, voou pelos ares, e seus marinheiros encontraram um túmulo no porto de Havana, não havia poder na terra que pudesse impedir a guerra.” Mesmo os democratas estavam dispostos a lutar, com o adversário de McKinley de 1896, William Jennings Bryan, assegurando que “a hora da intervenção chegou. A humanidade exige que façamos algo.”⁴⁵

Declarando que “as presentes condições em Cuba constituem uma ameaça constante à nossa paz,” em 11 de abril McKinley enviou sua mensagem de guerra ao Congresso, insistindo “em nome da humanidade, em nome da civilização, em prol dos interesses americanos ameaçados que nos dão o direito e o dever de falar e agir, a guerra em Cuba deve cessar.” Ele pediu ao Congresso que lhe desse o poder de usar a força militar “para assegurar uma completa finalização das hostilidades.”⁴⁶ O Congresso debateu por oito dias antes de chegar a uma breve mas complexa resolução conjunta que autorizava o Presidente a desalojar os espanhóis. A resolução afirmava, na emenda Teller, que “os Estados Unidos, pela presente, abrem mão de qualquer disposição ou intenção de exercer soberania, jurisdição ou controle sobre a dita ilha, exceto para pacificação, e afirma sua determinação, de quando isto estiver cumprido, deixar o governo e o controle da ilha para seu povo.”

Não há dúvida de que o Senador pelo Colorado, Henry Teller, propôs sua resolução antianexação basicamente para assegurar que os interesses do açúcar de beterraba do Oeste nunca teriam que enfrentar competição cubana “doméstica.” Quatro anos antes, em 1894, ele havia sido um arquiexpansionista, dizendo a seus colegas no Senado que apoiava a anexação do Havai, Canadá e Cuba. Mas isto foi na véspera do *boom* do açúcar de beterraba no Oeste, e logo Teller esta-

va se opondo firmemente à anexação de terras adequadas para a produção de açúcar. No final de 1903, ele liderou a luta contra a proposta de Roosevelt de garantir tarifas preferenciais para Cuba.⁴⁷ A resolução de guerra de McKinley veio exatamente entre estas duas datas, e Teller estava, então, quase certamente interessado em proteger o grupo que ele representava. Contudo, ele era também inconstante politicamente, tendo mudado de partido ao menos três vezes durante sua longa carreira, como um paladino dos oprimidos: ele apoiou o sufrágio feminino anos antes da maioria dos outros políticos; opôs-se à tomada do Panamá por Roosevelt em 1903; e ficou especialmente revoltado com a luta dos EUA contra os nacionalistas de Aguinaldo nas Filipinas. Assim, embora o proteccionismo quase certamente desempenhasse um papel na motivação de Teller (como talvez o *lobbying* da Junta de Nova York),⁴⁸ é igualmente possível que ele e outros antiimperialistas tenham ouvido o suficiente dos adeptos do *Destino Manifesto* para temer que eles aproveitariam qualquer oportunidade para anexar a ilha.

Como os próprios republicanos estavam divididos quanto à redação da resolução de guerra proposta, ela foi deliberadamente confusa – quase, mas não inteiramente, equivalendo a um reconhecimento de independência. Esta redação representava uma tentativa de conciliar a diferença de opinião entre aqueles que, como os Senadores Foraker e Lodge, argumentavam pelo reconhecimento, e aqueles que, como o Secretário Assistente de Estado Alvey Adee, alegavam que a intervenção humanitária era preferível ao franco reconhecimento, porque, então, “nós estaríamos livres, se bem sucedidos, para ditar os termos de paz e controlar a organização de um governo independente em Cuba.”⁴⁹ Esta divisão deu a Teller e a seus colegas pró-açúcar, antianexação, a oportunidade de inserir sua emenda na resolução de guerra. Assim fazendo, eles garantiam que os Estados Unidos deixariam passar a oportunidade de adquirir Cuba.

Em 21 de abril, o dia seguinte após a assinatura pelo Presidente McKinley da resolução conjunta, os espanhóis informaram o Ministro dos EUA Woodford que consideravam a assinatura de McKinley uma declaração de guerra. Em 22 de abril, McKinley declarou o bloqueio de Cuba e, em 25 de abril solicitou ao Congresso e recebeu imediatamente uma declaração formal de guerra retroativa a 21 de abril.

Foi, como observaria John Hay, “uma esplêndida pequena guerra.”⁵⁰ A esquadra do Pacífico do Almirante Dewey rumou despercebida para o porto de Manila na noite de 30 de abril e, quando o dia raiou, ele disse a Gridley, o capitão de sua nau almirante, para atirar quando estivesse pronto. Depois de várias horas de bombardeio, a batalha foi interrompida por três horas para o café da manhã, sendo em seguida retomado por mais uma hora. Na hora do almoço, Dewey havia destruído o controle da Espanha sobre as Filipinas. Foi preciso mais dois meses para as tropas dos EUA se agruparem no sudeste de Cuba, mas assim que elas chegaram, a vitória veio rapidamente. Em 1 e 2 de julho, cerca de 15.000 soldados dos EUA, inclusive Roosevelt em seu uniforme feito sob medida no *Brooks Brothers*, derrotaram cerca de 2.000 soldados espanhóis em San Juan Hill

e na aldeia de El Caney a poucas milhas ao leste de Santiago; em 3 de julho a franzina flotilha do Almirante Pascual Cervera foi destruída ao tentar escapar de Santiago. Esses três dias de combate encerraram a resistência espanhola, e Santiago capitulou em 17 de julho. As baixas dos EUA foram leves (cerca de 300 mortos e menos de 1.500 feridos), os cidadãos em casa ficaram jubilosos e Theodore Roosevelt estava na rota para a Casa Branca.

O armistício que foi assinado em Washington, em 12 de agosto, exigia que a Espanha abrisse mão de sua soberania sobre Cuba (sem especificar para quem), cedesse Porto Rico e Guam aos Estados Unidos e permitissem aos EUA a ocupação de Manila até a negociação de um tratado de paz, que determinaria o controle das Filipinas. Uma conferência de paz começou em Paris em 1 de outubro, e um tratado foi assinado em 10 de dezembro. Ele declarava que Cuba “deve, com a retirada da Espanha, ser ocupada pelos Estados Unidos,” confirmava a cessão das outras ilhas mencionadas no armistício e transferia a soberania sobre as Filipinas para os Estados Unidos em troca de \$20 milhões.⁵¹

Excluídos de todas as negociações, os Cubanos tinham agora uma condição incerta. Até essa época, Henry Cabot Lodge havia sido favorável a que se permitisse aos cubanos que assumissem no lugar dos espanhóis, observando em 1896 que “os funcionários do governo provisório são cubanos, brancos, e de boa família e posição. Entre os principais oficiais militares há apenas três de sangue negro.”⁵² Em geral, os cubanos haviam recebido ampla aprovação nos Estados Unidos por sua luta tenaz de três anos contra os espanhóis, mas uma vez que as forças dos EUA desembarcaram, houve apenas uma tentativa inicial de cooperação militar, quando o Exército dos EUA enviou o Tenente Andrew Rowan para encontrar-se com o General Calixto García em Bayamo. García concordou em fornecer fogo de cobertura se necessário durante o desembarque dos EUA a leste de Santiago, mas além disso não houve atividade conjunta. Os participantes dos EUA nunca contaram que sua vitória foi tornada incomensuravelmente menos difícil porque os rebeldes haviam comprometido quase todos os 200.000 soldados espanhóis na ilha.

Com o fim da luta, o comandante do Exército em Santiago, William Shafter, relatou que os rebeldes agora queriam assumir o controle de Cuba. “O problema com o General García era que ele esperava ser colocado no comando do lugar; em outras palavras, que entregaríamos a ele a cidade. Expliquei claramente a ele que estávamos em guerra com a Espanha e que a questão da independência cubana não poderia ser considerada por mim.”⁵³ O General Shafter emitiu, então, uma ordem excluindo os insurgentes da cidade de Santiago em Cuba, e apenas em 23 de setembro foi permitido que o General García entrasse com seus soldados, desta vez como um convidado do Exército dos EUA, que escoltou os cubanos em seu desfile simbólico de vitória, marchando, então, de volta para fora da cidade.

Mesmo antes da luta, o Secretário de Estado Day (o idoso Sherman havia tido que se aposentar) escrevera ao Presidente sobre sua esperança de que os cubanos “possam se revelar mais ordenados e menos inclinados a mergulhar em

Guerra civil e banditismo do que se espera,” e em sua mensagem ao Congresso, em dezembro de 1898, o Presidente McKinley apoiou os antiimperialistas ao concordar em que “o governo espanhol deve ser substituído por um governo justo, benevolente e humano, criado pelo povo de Cuba.” Mas os funcionários dos EUA eram obviamente céticos em relação à capacidade dos cubanos para o auto – governo, e portanto McKinley acrescentava que “até haver completa tranquilidade na ilha e um governo estável empossado, a ocupação militar prosseguirá.”⁵⁴ Isto demorou até meados de 1902, e nos anos intermediários Cuba foi administrada pelo Departamento de Guerra dos EUA.

Uma razão para a demora de quatro anos é que boa parte do antigo sentimento antiimperialista dos democratas parecia ter desaparecido com a adesão de líderes do partido ao ao grupo do *Destino Manifesto* (os jingoístas), e isto levou alguns republicanos a acreditarem que seria possível revogar a Emenda Teller. Afinal, as fileiras democratas contavam com uma razoável quantidade de imperialistas, e já em 1884 a plataforma do partido se gabava do “grande número de homens com competência de estadista entre os democratas” e criticava os republicanos por limitar sua visão ao Alaska.⁵⁵ Agora, em 1898, se fosse para atribuir o título de “O Imperialista Mais Ativo da Guerra” a um líder político dos EUA, o segundo colocado atrás de Theodore Roosevelt poderia ser William Jennings Bryan, que apressou-se a colher resultados e queixou-se amargamente quando seu “Batalhão de Prata” de voluntários do Nebraska foi mantido fora dos combates. Do outro lado do partido democrata, o ex-Presidente Cleveland também fez de Cuba uma exceção a seu tradicional antiimperialismo; ele se opusera à guerra em 1898, mas em 1900 defendia um período de tutela que levaria em seguida a anexação da ilha: “Temo que Cuba deva ser submetida, por um tempo antes que possa constituir um estado ou território americano do qual estaremos particularmente orgulhosos.”⁵⁶

Na medida em que existia uma oposição democrata ao imperialismo, ela parecia estar baseada no desejo de não incorporar os povos ingovernáveis das ilhas capturadas à União.⁵⁷ A plataforma democrata afirmava formalmente que “os filipinos não podem ser cidadãos sem pôr em risco nossa civilização; eles não podem ser súditos sem pôr em perigo nossa forma de governo; e como não estamos dispostos a desistir de nossa civilização nem de converter a República num império, somos a favor de uma imediata declaração do propósito da nação de dar aos filipinos, primeiro, uma forma de governo estável; segundo, independência; e terceiro, proteção contra interferência externa, tal como a que tem sido dada por quase um século às repúblicas da América Central e do Sul.” A plataforma republicana concordava: “É claro e certo que os habitantes do arquipélago das Filipinas não podem ser tornados cidadãos dos Estados Unidos sem pôr em risco nossa civilização.”

Havia um outro apoio amplamente não partidário ao antiimperialismo, e este também se centrava na questão das Filipinas, não em Cuba, pois era ali que o povo recusava-se a aceitar a ocupação dos EUA. Em casa, esta oposição estava

sendo articulada por Mark Twain, que passara quase toda a década de 1890 no estrangeiro, voltando para casa em 1900 como o autor mais popular da nação e de certo modo uma autoridade em relações internacionais. Numa entrevista a bordo de um navio, ele disse aos repórteres que “por mais que tenha me esforçado não consegui entender como fomos cair nessa enrascada [nas Filipinas]. Acredito que deveríamos agir como seus protetores – não tentar pô-los sob nossos tacões.” No ano seguinte, Twain escreveu que “nós convidamos nossos jovens limpos a empunhar um mosquete desacreditado e fazer o serviço de bandidos sob uma bandeira que os bandidos se acostumaram a temer, não a seguir; nós corrompemos a honra da América e enegrecemos seu rosto diante do mundo.”⁵⁸

Theodore Roosevelt respondeu mais tarde pelos jingoístas da nação, afirmando que “a história pode seguramente ser desafiada a mostrar uma única instância em que uma raça senhorial como a nossa, tendo sido forçada pelas exigências da guerra a tomar posse de uma terra estrangeira, comportou-se com seus habitantes com o zelo desinteressado por seu progresso que nosso povo demonstrou nas Filipinas. Abandonar as ilhas, nesta altura, significa que elas recairiam num tumulto de anarquia assassina. Tal deserção do dever de nossa parte seria um crime contra a humanidade.”⁵⁹

Mas isto aconteceu mais tarde; agora, em 1899, a administração McKinley estava preocupada com as conseqüências políticas de uma crescente revolta filipina, e esta preocupação afetava diretamente a política da administração em relação a Cuba. Em sua mensagem anual ao Congresso em dezembro, o Presidente relatou que as forças em terra nas Filipinas somavam agora cerca de 65.000, malgrado o fato de que nenhuma força havia sido necessária para desalojar os espanhóis, enquanto a militar em Cuba havia sido reduzida para 11.000. A última coisa que McKinley queria era lançar sua candidatura à reeleição com uma segunda rebelião em Cuba dominando as manchetes, e com seu adversário democrata (provavelmente Bryan) proferindo acusações de desobediência da emenda Teller – só Deus sabe o que o homem que havia tomado uma questão obscura como a livre cunhagem de prata e crucificado os republicanos numa cruz de ouro poderia fazer com uma questão como o imperialismo.⁶⁰ Equilibrando esta ameaça eleitoral da opinião pública havia a pressão daqueles que temiam uma retirada dos EUA, incluindo o poderoso produtor de açúcar Edwin Atkins, que escreveu ao Presidente em meados de 1899 que “o partido independente dos insurgentes (desejando livrar-se do controle americano) não representa nenhum interesse de propriedade enquanto classe, e seu controle dos negócios de Estado é igualmente temido pelos proprietários cubanos, espanhóis e estrangeiros.”⁶¹

McKinley, portanto, seguia bem no meio do caminho, advertindo contra “uma experiência precipitada que poderia trazer em si elementos de fracasso,” mas também dizendo ao Congresso no final de 1899 que a promessa da nação de independência cubana “é a obrigação mais honrada e deve ser mantida de forma sagrada.” Um censo estava sendo realizado em Cuba, relatou ele, e quando estivesse completo, poderiam ser realizadas eleições para o governo municipal. Após

o que, haveria “a formação de uma convenção representativa do povo para redigir uma constituição e estabelecer um sistema geral de governo independente para a ilha.”⁶²

Entretanto, o Governador Geral Leonard Wood tinha sua própria política: ele estava tentando convencer os cubanos a tomarem a iniciativa e pedirem a anexação. Em meados de 1899, Roosevelt disse a Lodge: “Wood acha que não deveríamos prometer ou dar independência aos cubanos; que deveríamos governá-los com justiça e equidade, dando-lhes todas as oportunidades possíveis de progresso civil e militar, e que em dois ou três anos eles insistirão em ser parte de nós.” Dois meses mais tarde, Wood, um *Rough Rider**, escreveu a Roosevelt que com relação a Cuba era necessário “governo limpo, ação decisiva rápida e controle absoluto nas mãos de homens de confiança, estabelecimento de reformas legais e educacionais necessárias, não acredito que se possa soltar Cuba mesmo querendo.”⁶³

Assim Cuba tornou-se um laboratório para reformas sociais progressistas, especialmente em saúde e serviço público. Alguns como Wood podem ter desejado essas reformas por outros motivos, mas elas foram, não obstante, substancialmente benéficas aos cubanos. Elas permanecem como um tributo aos aspectos positivos da ocupação dos EUA. Na política, os governadores militares foram menos competentes. Entre suas reformas malsucedidas, estava o desenvolvimento de uma força policial, um passo provocado originalmente pelo temor de desordem entre os soldados cubanos, que já não tinham mais o exército espanhol para combater. Cerca de um mês depois da queda de Santiago, o General Shafter escreveu a Washington que “o problema todo aqui é que não há nada para os homens fazerem no país. Este sofreu um retorno absoluto ao estado selvagem e tem que ser reconstruído e organizado.”⁶⁴ A resposta progressista era alistar estes ex-combatentes rebeldes do lado da lei e da ordem. Enquanto servia como governador militar na parte leste de Cuba, o General Wood havia criado a Guarda Rural, e logo após sua promoção a Governador Geral, ele e o Secretário de Defesa Elihu Root, desenvolveram planos para a criação de um exército liderado por oficiais dos EUA. Wood argumentava que “esses regimentos nativos incorporariam os espíritos bravios e incansáveis que foram engajados na guerra recente.” Root concordou, escrevendo ao Presidente McKinley que tal força “disporia de muitos homens cuja maior parte tenderia a criar problemas em Cuba, faria com que deixassem de se tornar possíveis bandidos e os educaria tornando-os americanos.”⁶⁵ Wood e Root não tinham idéia das conseqüências de suas ações.

Somente reformas políticas limitadas haviam sido implementadas até o fim de 1899, quando McKinley anunciou seu plano de transição para Cuba ao Congresso, foi quando o General Wood tentou convencer o Presidente a estender o período de transição, escrevendo que “o povo aqui, Sr. Presidente, sabe que

* Cavaleiro de regimento voluntário organizado por Theodore Roosevelt durante a guerra com a Espanha de 1898. (N.T.)

ainda não está preparado para o autogoverno e aqueles que são honestos não procuram disfarçar este fato. Estamos avançando o mais rápido que podemos, mas lidamos com uma raça que foi continuamente rebaixada por cem anos e na qual temos que infundir vida nova, novos princípios e novos métodos de fazer as coisas. Este não é o trabalho de um dia ou de um ano, mas de um período mais longo.”⁶⁶ Resistindo ao adiamento, McKinley insistiu em resultados concretos antes da campanha para as eleições de outono nos EUA.

E assim Wood pôs mãos à obra. Sua primeira tarefa foi privar do direito de voto aquela parte da população cubana que estava muito decaída. O sufrágio ficou restrito aos cubanos natos de sexo masculino maiores de vinte anos que cumprissem um dos três seguintes requisitos: a capacidade de ler e escrever, a posse de propriedade imóvel ou pessoal no valor de \$250 ou mais, ou serviço militar nas forças insurgentes antes da queda de Santiago. Estas restrições eliminavam dois terços dos homens cubanos com mais de vinte anos de idade, e Root ficou especialmente satisfeito em saber que os cubanos natos eram mais numerosos que os espanhóis (um reflexo do temor existente de que os cubanos conservadores poderiam procurar a reanexação à Espanha) e que “os brancos eram bem mais numerosos que os negros” no eleitorado.⁶⁷ Os cidadãos remanescentes eram aqueles a quem Wood regularmente chamava de “o elemento decente” em Cuba, e Root pôde parabenizá-lo pelos progressos alcançados: “quando a história da nova Cuba vier a ser escrita, o estabelecimento de autogoverno popular, baseado em sufrágio limitado, excluindo uma proporção tão grande dos elementos que trouxeram a ruína ao Haiti e São Domingos, será visto como um evento da maior importância.”⁶⁸

O Governador Geral Wood não estava disposto a permitir que mesmo este número limitado de cubanos determinasse quem deveria preencher os cargos públicos ou qual deveria ser a política pública. Em suas memórias, Edwin Atkins descreveu um esforço para frustrar o eleitorado: “Ao preparar a primeira eleição, o General Wood me chamou e pediu-me para usar minha influência no apoio de um homem muito respeitável que ele gostaria de eleger como alcaide de Cienfuegos. Eu chamei um dos *alcaldes de barrio* e lhe disse o que queria. Ele me disse para ficar tranqüilo; o homem que sugeri seria eleito. Perguntei-lhe como ele se propunha a consegui-lo. Ele disse que era simples; eles se apossariam das urnas eleitorais e destruiriam as urnas dos candidatos da oposição. Eu lhe disse que era uma idéia magnífica e digna da Tammany Hall. Não é preciso dizer que o candidato foi eleito.” De certa forma, esta manobra era desnecessária, pois como Wood informou McKinley, os governos municipais eram “sempre sujeitos ao veto do Governador Militar. Isto será necessário por algum tempo, pois o povo de muitas municipalidades são tão ignorantes como crianças quanto ao valor dos direitos dos quais abririam mão [a empresários privados] por pouco ou nada.”⁶⁹

A sensatez da decisão de McKinley de pressionar pela independência cubana ficou aparente quando começou a campanha presidencial nos EUA. Em agudo contraste com os progressos em Cuba, a situação continuava a deteriorar nas

Filipinas, e em consequência disso a eleição de 1900 foi a única até então a centrar-se na questão do imperialismo – “o tema principal da campanha,” pode ser entendido na plataforma democrata. “Nós afirmamos que nenhuma nação pode permanecer por muito tempo meio república e meio império, e alertamos o povo americano que o imperialismo no estrangeiro levará rápida e inevitavelmente ao despotismo em casa.” Os democratas diziam aos eleitores que “não nos opomos à expansão territorial quando ela toma território desejável que pode ser erigido em estados na União, e cujos povos estão dispostos e são adequados a se tornarem cidadãos americanos,” mas no caso das Filipinas “somos inalteravelmente contrários a tomar ou comprar ilhas distantes a serem governadas fora da Constituição, e cujo povo não pode jamais se tornar um conjunto de cidadãos.” Quanto a Cuba, “exigimos o imediato e honesto cumprimento de nossa promessa ao povo cubano e ao mundo.”

Com relação às Filipinas, o Partido Populista* era ainda mais veemente em seu antiimperialismo, acusando a administração McKinley de violar “os simples preceitos de humanidade. Assassinato e incêndios criminosos têm sido nossa resposta aos apelos do povo que pediu apenas para estabelecer um governo livre em sua própria terra.” O partido que defendia a Lei Seca lançava a acusação de que “enquanto nossas exportações de bebidas alcóolicas para Cuba nunca alcançaram \$30.000 em um ano antes da ocupação americana naquela ilha, nossas exportações dessas bebidas alcóolicas para Cuba durante o ano fiscal de 1899 alcançaram a soma de \$629.855.” A nação havia sido “humilhada, exasperada e mortificada, pelas provas dolorosamente abundantes, de que a política de expansão desta Administração está trazendo tão rapidamente seus primeiros frutos de embriaguez, insanidade e crime sob o sol quente dos trópicos.”⁷⁰

Os republicanos respondiam que nada mais faziam nas Filipinas do que tentar “derrotar uma insurreição armada e conceder as bênçãos da liberdade e civilização a todas as pessoas recuperadas.” Em Cuba, “a independência e o autogoverno estavam assegurados na mesma voz pela qual a guerra foi declarada e...esta promessa será cumprida.” Numa disputa eleitoral que lentamente desviou-se da discussão do imperialismo para várias questões não relacionadas, inclusive sobre o velho fantasma da prata livre, os democratas perderam mais pesadamente do que em 1896. Aceitando a afirmação da plataforma democrata de que a eleição era um referendo sobre o imperialismo, os republicanos vitoriosos imediatamente

* O partido Populista (*People's Party*) esteve em atividade entre 1891 e 1908, expressão dos pequenos fazendeiros do sul e do meio-oeste dos Estados Unidos que sofriam com a recessão econômica, no final do século XIX. Propunham controle estatal sobre o sistema comandado pelos grandes capitalistas: os *trusts*, banqueiros, empresários que controlavam os transportes, proprietários de silos, etc. Defendiam a eleição direta para os senadores e a regulamentação ou nacionalização das Cias. de Transportes. Propunham medidas inflacionárias como a “cunhagem livre de prata”, para que houvesse uma quantidade de dólares suficiente na praça. Faz parte de um movimento chamado nos Estados Unidos de “populismo”. (N.T.)

te reivindicaram um mandato para a ocupação de longo prazo das Filipinas, e para o arranjo muito especial que eles estavam prestes a impor sobre Cuba.

Quando o General Wood pôs em ordem a assembléia constituinte de Cuba em 5 de novembro de 1900, um dia antes da eleição presidencial nos EUA, ele informou seus membros que “será seu dever, primeiramente, delinear e adotar uma constituição para Cuba, e quando isto estiver feito, formular qual deveria ser, na sua opinião, as relações entre Cuba e os Estados Unidos.” Mesmo antes da guerra, o Presidente McKinley sugerira a necessidade de um relacionamento especial EUA-Cuba – “A nova Cuba ainda por se erguer das cinzas do passado deve estar ligada a nós por laços de singular intimidade” – mas o que exatamente aquilo implicava, prosseguia ele, “cabe ao futuro determinar com a maturidade dos eventos.”⁷¹ O General Woods acreditava que a assembléia constituinte recém-instalada não era confiável para designar um relacionamento apropriado, pois a despeito de seus melhores esforços, o eleitorado cubano não conseguira selecionar muitos representantes dentre o “elemento decente.” Ele escreveu ao Secretário da Guerra Elihu Root que “eu esperava que eles enviassem seus melhores homens. Eles o fizeram em muitas instâncias, mas também mandaram alguns dos piores agitadores e patifes políticos de Cuba.” Mais pessimista era o relatório de Woods ao Senador Orville Platt, presidente da Comissão do Senado sobre Relações com Cuba: “o partido dominante da Convenção contém hoje provavelmente o pior elemento político da Ilha.”⁷²

Dada a natureza da assembléia constituinte, Wood pressionou novamente por uma interrupção no processo de transição, dizendo ao Secretário da Guerra Root que os próprios cubanos “se dão conta de que muitos dos funcionários recentemente eleitos são inteiramente incompetentes...É minha opinião que nas próximas eleições municipais nós devemos tratar de conseguir uma categoria melhor de pessoas. Se não o fizermos, teremos que escolher [sic] entre estabelecer uma República Centro-Americana ou manter algum tipo de controle pelo tempo necessário para estabelecer um governo estável.”⁷³ Wood preocupava-se com o bem-estar dos espanhóis – pois eles controlavam “praticamente [todo] o comércio da ilha e é muito importante que lhes seja assegurado que não serão deixados aos caprichos de um governo despreparado.” Ele também estava preocupado com o destino dos cubanos ricos: “o elemento comercial, o elemento possuidor de propriedade privada quaisquer que possam ser seus sentimentos patrióticos, está muito relutante em ver uma mudança de governo, a menos que seja a anexação aos Estados Unidos.” O Senador Platt achava que a descrição de Wood da imaturidade política dos cubanos coincidia intimamente com seu próprio pensamento: “Em muitas coisas eles são como crianças.”⁷⁴

Com o prosseguimento da ocupação dos EUA fora de questão, a tarefa diante de Platt, Wood, Root e os funcionários dos EUA que pensavam como eles, era vislumbrar um mecanismo através do qual os Estados Unidos pudessem dar independência formal, mas manter o controle sobre um povo que eles consideravam inadequado para o autogoverno. Para este fim, eles moldaram um docu-

mento específico, a Emenda Platt.* Seu preâmbulo autorizava o Presidente “a deixar o governo e o controle da ilha de Cuba a seu povo assim que um governo tenha sido estabelecido sob uma constituição que, ou como uma parte disto ou numa ordem anexada a isto, deve definir as futuras relações dos Estados Unidos com Cuba substancialmente como se segue...” O cerne do “como se segue” era o Artigo 3, que restringia a independência do governo cubano concedendo aos Estados Unidos “o direito de intervir para...a manutenção de um governo adequado à proteção da vida, propriedade e liberdade individual.”

Os outros sete artigos da Emenda restringiam severamente a autonomia da nova nação. O reflexo do temor dessa geração quanto a intervenção européia com a finalidade de cobrar dívidas não saldadas, era o Artigo 2 que estipulava que “o Governo não deve assumir qualquer dívida pública para cujo pagamento de juros os ganhos da Ilha possam ser inadequados.” Como escreveu Roote, “a preservação dessa independência por um país tão pequeno como Cuba, tão incapaz, como ele deverá sempre ser, de se opor pela força às grandes potências do mundo, deve depender do estrito desempenho das obrigações internacionais...e de nunca contrair qualquer dívida pública que nas mãos dos cidadãos de potências estrangeiras pode constituir uma obrigação que Cuba seria incapaz de cumprir.”⁷⁵

O Artigo 7 estipulava que “o Governo de Cuba venderá ou arrendará aos Estados Unidos terras necessárias para postos de abastecimento de carvão ou navais em certos pontos específicos.” Em outros anos estas bases seriam justificadas pela necessidade de proteger as abordagens ao Canal do Panamá – mas isso foi mais tarde. Na época em que a Emenda Platt estava sendo redigida, o Secretário da Guerra Root indicou que o Artigo 7 era designado para controlar os cubanos:

Creio que é muito importante que os Estados Unidos tornem-se os verdadeiros proprietários da zona do porto para estações navais, não apenas em Guantanamo mas em Havana e, provavelmente, em alguns outros pontos da Ilha. Quando entregarmos o governo de Cuba em mãos cubanas, alguém terá que decidir que meios os Estados Unidos devem ter para exigir que o governo cumpra todas as obrigações de proteção de vida e propriedade da qual continuaremos ali como praticamente uma garantia para as outras potências civilizadas. Quando surgir essa situação será muito mais difícil para qualquer cubano objetar que os Estados Unidos continuem a ocupar sua própria propriedade de Cuba, mesmo considerando-se que tal ocupação em ambos os casos envolveria direitos tanto políticos como de propriedade. Por esta razão eu gostaria muito que a compra de Guantanamo pudesse ser feita.⁷⁶

* O documento é chamado de emenda porque o Senador Platt e seus colegas não completaram o trabalho até meados de fevereiro de 1901. Como não havia mais tempo para a proposta ser apreciada como um projeto de lei, antes que o 56º Congresso suspendesse os trabalhos em 3 de março, ela foi anexada como uma emenda ao projeto de lei do orçamento do Exército para o ano fiscal de 1902.

Originalmente era para haver quatro bases militares, mas elas logo foram reduzidas a duas (Baía Honda a oeste de Havana e Baía de Guantánamo a leste de Santiago), e em 1912 a Marinha desistiu de seus direitos sobre a Baía Honda em troca de mais terra para Guantánamo.

O breve debate no Senado sobre a Emenda Platt ocorreu em 27 de fevereiro, com o sentimento geral entre os anti-imperialistas captado pelo Democrata do Mississippi, Hernando Desoto Money, que disse a seus colegas: “Eu preferiria ter esta emenda aprovada...do que ver os Estados Unidos continuando a ter a posse de Cuba, mantendo aquele povo num estado sob o qual eles estão sempre se irritando.”⁷⁷ Money provavelmente não estava sendo altruísta; ele havia sido por muito tempo um defensor da independência de Cuba, e havia rumores disseminados (mas nunca comprovados) de que ele era um dos senadores que haviam aceito como presente alguns bônus que foram emitidos pela junta de Nova York; contudo, até que Cuba fosse independente e a junta tivesse nas mãos o tesouro de Cuba, os bônus nada valiam. Qualquer que tenha sido a motivação, nem o Senador Money nem nenhum de seus colegas se opuseram vigorosamente à Emenda Platt. O democrata do Alabama, Edmund Pettus, tomou apenas uns poucos minutos para reclamar que “nós prometemos torná-los livres e independentes; isto é tudo, e não o estamos fazendo.” A maioria dos antiimperialistas ou permaneceu indecisa ou aproveitou a oportunidade proporcionada pelo debate para criticar o prosseguimento da posse das Filipinas pela administração. Mesmo o Senador Hoar, a espinha dorsal do antiimperialismo republicano, chamou a Emenda Platt de “eminentemente sábia e satisfatória.” A oposição mais substancial veio do democrata do Alabama, John Morgan, que denominou a emenda “uma peça de refinada hipocrisia.”⁷⁸ Morgan convenceu apenas poucos de seus colegas, todavia, e depois de cerca de uma hora de discussão, a Emenda Platt foi aprovada por 43 votos a 20; passou rapidamente pela conferência Câmara-Senado e foi prontamente transformada em lei pelo Presidente McKinley.⁷⁹

A tarefa, então, era convencer a assembléia constituinte cubana a aceitar a Emenda Platt. O Governador Geral Wood havia escrito a Root que “na minha opinião as demandas são liberais, eqüitativas e justas e deve-se insistir em tais medidas.” Mas os cubanos objetaram, e quando sua oposição tornou-se conhecida em Washington, Root escreveu a Wood que nunca haveria independência “se eles continuarem a demonstrar ingratidão e total falta de consideração pelo gasto em sangue e dinheiro dos Estados Unidos para assegurar sua liberdade da Espanha.”⁸⁰ A despeito desta admoestação, em abril a assembléia cubana rejeitou a Emenda Platt por 24 votos a 2, optando, ao invés, por mandar uma delegação a Washington para negociar um documento menos intrusivo.

Os delegados foram recebidos polidamente e foi-lhes dito que a Emenda não significava o que absolutamente todo mundo sabia que significava. A pedido de Root, o Senador Platt assegurou aos cubanos que “a emenda foi cuidadosamente redigida com a intenção de evitar qualquer possível afirmação de que sua aceitação pela Convenção Constitucional Cubana resultaria no estabelecimento de um

protetorado ou suserania, ou de qualquer modo interferiria com a independência ou soberania de Cuba.” Root acreditou que a delegação cubana deixara Washington com “um sentimento de benevolência para com os Estados Unidos, derivado da natureza de sua recepção e tratamento aqui, da atenção social que lhes foi voltada e da cuidadosa consideração dada às suas questões e argumentos.”⁸¹

Os delegados cubanos voltaram a Havana com a notícia de que a assembléia constituinte teria que aceitar a Emenda Platt se quisesse a independência, e assim, em 28 de maio a assembléia votou, 15 a 14, para incorporar uma versão ligeiramente modificada da Emenda na constituição cubana. Os Estados Unidos insistiram em que nenhuma modificação deveria ser feita, e, portanto, a assembléia foi obrigada a realizar uma nova votação: por 16 votos a 11, com quatro abstenções, em 12 de junho a Emenda Platt sem modificações foi colocada no mesmo lugar na constituição cubana onde os criadores da constituição dos EUA haviam colocado antes uma Carta de Direitos. “Felizmente, agora eles finalmente resolveram confiar nos Estados Unidos,” escreveu o Senador Platt.⁸²

E foi assim que os Estados Unidos encerraram sua ocupação inicial em Cuba, obrigando os cubanos a aceitar o prosseguimento da supervisão, em grande parte porque líderes em Washington acreditavam que a pacificação da ilha estava incompleta. A Emenda Platt foi uma apólice de seguros, emitida em prol dos interesses estratégicos e econômicos dos EUA na ilha. Vários meses antes de o General Wood zarpar do porto de Havana pela última vez em 20 de maio de 1902, o dia da independência de Cuba, ele havia escrito que “há, por certo, pouca ou nenhuma independência ligada a Cuba sob a Emenda Platt.” Isto fora proposital, como observou o Senador Platt: “Os Estados Unidos estarão sempre, sob a assim chamada Emenda Platt, em posição de endireitar as coisas se elas ficarem seriamente ruins.”⁸³ A hegemonia havia sido formalizada.

notas

1 *Writings of John Quincy Adams*, 7 vols, Worthington Chauncey Ford, ed. (New York: Macmillan, 1913-1917), vol.7, p.372; Lodge a Roosevelt, 2 de dezembro de 1896. *Selections from the Correspondence of Theodore Roosevelt and Henry Cabot Lodge, 1884-1918*, Henry Cabot Lodge, ed., 2 vols. (New York: Charles Scribner's Sons, 1925), vol.1, p.240.

2 López Roberts a Fish, 18 de setembro de 1869; o reconhecimento de Fish, “com pesar,” está em Fish a López Roberts, 13 de outubro de 1869, em Congresso dos EUA, Câmara, Doc. Exec. No.160, 41st Cong., 2d Sess., 1870, p.133, 138.

3 Fish a Robert Schenck, 15 de janeiro de 1876, Letterbook página 325, Container 216, Fish Papers, LC. Embora boa parte da caligrafia nesta carta seja ilegível, o ponto essencial do comentário de Fish é claro. A primeira das mensagens de Fish foi enviada ao Congresso em 13 de junho de 1870; a segunda, em 5 de janeiro de 1874.

4 Adam Badeau, Memorando Confidencial, 23 de outubro de 1883, Despachos Consulares de Havana, NA T20/R90, p.2-3, 23, 41.

5 Os preços haviam caído em parte (mas apenas em parte) como uma reação ao aumento nas tarifas dos EUA pelo Ato Wilson-Gorman de 1894. Em 1890 McKinley havia eliminado a tarifa sobre açúcar bruto; a legislação de 1894 aumentou a taxa para cerca de um *cent* por libra, suficiente para estimular a produção doméstica de açúcar de beterraba, o que diminuiu a crescente demanda por açúcar cubano e contribuiu para baixar os preços.

6 Olney a Cleveland, 25 de setembro de 1895, Cleveland Papers, LC. As advertências aos flibusteiros estão em *A Compilation of the Messages and Papers of the Presidents, 1789-1902*, James D. Richardson, ed., 11 vols. (New York: Bureau of National Literature and Art, 1907), vol.9, p.591-2, 694-5.

7 Olney a Dupuy de Lôme, 4 de abril de 1896; Dupuy de Lôme a Olney, 4 de junho de 1896, FRUS 1897, p.540-8.

8 Cleveland a Olney, 13 e 16 de julho de 1896, *Letters of Grover Cleveland, 1850-1908*, Allan Nevins, ed. (Boston: Houghton Mifflin, 1933), p.446, 448; Cleveland a Olney, 28 de abril de 1898, Olney Papers, LC.

9 *Messages and Papers of the Presidents*, vol.9, p.716-22.

10 *National Party Platforms, 1840-1964*, Kirk H. Porter e Donald Bruce Johnson, comps. (Urbana: University of Illinois Press, 1966), p.108; *Messages and Papers of the Presidents*, vol.8, p.6262.

11 *Messages and Papers of the Presidents*, vol.10, p.33-8.

12 John W. Foster, *Diplomatic Memoirs*, 2 vols. (Boston: Houghton Mifflin, 1909), vol.2, p.256.

13 New York *Evening Post*, 16 de janeiro de 1897.

14 Um desses talentos era o ilustrador Richard Outcault, criador de "At the Circus in Hogan's Alley," a primeira história em quadrinhos em continuação do país. O cartum de Outcault sobre a vida nos prédios de apartamento em Nova York apresentava um jovem com orelhas de elefante, vestido com uma bata amarela. Quando Hearst atraiu Outcault para o *Journal*, Pulitzer continuou o cartum também em seu jornal. A literatura promocional de ambos os jornais apresentava o Yellow Kid [Garoto Amarelo], e dele vem a expressão "imprensa amarela."

15 *Congressional Record*, 19 de dezembro de 1927, p.808.

16 Horatio S. Rubens, *Liberty: The Story of Cuba* (N.Y.: Brewer, Warren and Putnam, 1932), p.204-5.

17 New York *Journal*, 12 e 15 de fevereiro de 1897.

18 New York *World*, 17 de fevereiro de 1897, Res. da Câmara 541, *Congressional Record*, 13 de fevereiro de 1897, p.1819.

19 Evangelina Cisneros, *The Story of Evangelina Cisneros, Told by Herself, Her Rescue by Karl Decker* (New York: Continental Publishing Company, 1897), p.31-32,35.

20 Ibid.

21 Joseph E. Wisan, *The Cuban Crisis as Reflected in the New York Press* (N.Y.: Columbia University Press, 1934), p.331. O *World* praticamente ignorou o caso, publicando 12.5 colunas, enquanto o *Time* deu 10, o *Tribune* 3.5 e o *Sun* 1.

22 Platt a Isaac H. Bromley, 18 de dezembro de 1895, reimpresso em Louis A. Coolidge, *An Old-Fashioned Senator: Orville H. Platt of Connecticut*, 2 vols. (Port Washington, N.Y.: Kennikat Press, 1971 [reimpressão da ed. de 1910]), vol.1, p.266. Nem esta carta nem a citada na nota 36 estão nos Platt Papers na Connecticut State Library.

23 Roosevelt a Lodge, 27 de dezembro de 1895 e 10 de agosto de 1866, *Selections from the Correspondence of Theodore Roosevelt*, vol.1, p.44, 204-205.

24 "American Ideals," *Forum* 18 (fevereiro de 1895), p.749; *Address of Hon. Theodore Roosevelt Before the Naval War College, Newport, R.I., Wednesday, June 2, 1897* (Washington, D.C.: Navy Branch, GPO, 1897), p.5-6.

25 Taft a Philander C. Knox, 9 de setembro de 1911, Rolo 508, Taft Papers, LC.

26 Roosevelt tolerava mesmo o assassinato: "Segunda-feira jantamos com os Camerons; vários diplomatas latinos estavam presentes, todos muito perturbados com o linchamento dos italianos em New Orleans. Pessoalmente acho que foi uma boa coisa, e falei isso." Roosevelt a Anna Roosevelt Cowles, 21 de março de 1891, Theodore Roosevelt Papers, Harvard University.

27 *Messages and Papers of the Presidents*, vol.10, p.542-543; *The Letters of Theodore Roosevelt*, Elting E. Morison, ed., 8 vols. (Cambridge: Harvard University Press, 1951-1954), vol.7, p.11.

28 Henry Cabot Lodge, "Our Blundering Foreign Policy," *Forum* 19 (março de 1895), p.16-7.

29 Cleveland a Olney, 26 de abril de 1898, Olney Papers, LC.

30 Louis A. Pérez, Jr. *Cuba Between Empires, 1878-1902* (Pittsburgh: University of Pittsburgh Press, 1983), p.178.

31 *Messages and Papers of the Presidents*, vol.9, p.716-22.

32 Adam Badeau, Memorando Confidencial, 23 de outubro de 1883, Despachos Consulares de Havana, NA T20/R90.

33 Atkins a Olney, 5 de maio de 1896, reimpresso em Edwin Atkins, *Sixty Years in Cuba: Reminiscences of Edwin F. Atkins* (Cambridge: Riverside Press, 1926), p.235-6.

34 Declaração à Associated Press, 24 de janeiro de 1898, *Letters of Grover Cleveland*, p.492; Woodford a McKinley, 17 de março de 1898, FRUS 1898, p.687.

35 Lee a William R. Day, 18 de janeiro de 1898, Despachos Consulares de Havana, NA T20/R131.

36 *Messages and Papers of the Presidents*, vol.10, p.56-67.

37 Woodford a Sherman, 30 de agosto e 10 de novembro de 1897, Despachos da Espanha, NA M31/R122-123; Hay a Sherman, 6 de abril de 1898, Despachos de Londres, NA M30/R180; ver também White a Olney, 17 de junho de 1896, Olney Papers, LC.

38 Lee ao Juiz [Day], 12 de janeiro de 1898; Lee ao Secretário Assistente de Estado [Day], 13 de janeiro de 1898, Despachos Consulares de Havana, NA T20/R131. Antigo oficial da cavalaria confederada e sobrinho de Robert E. Lee, Fitzhugh Lee deixava transparecer em seus despachos uma acentuada preferência pela anexação. Cleveland alertou seu sucessor, e escreveu a Olney que "se o Presidente pressioná-lo, como acho que o fará, ele não vai poder dizer que continuou sem aviso." Cleveland a Olney, 16 de fevereiro de 1898, Olney Papers, LC.

39 *New York Journal*, 18 e 23 de fevereiro de 1898; *New York World*, 20 e 21 de fevereiro de 1898.

40 Platt a H. Wales Lines, 25 de março de 1898, reimpresso em Coolidge, *An Old-Fashioned Senator*, vol.1, p.271.

41 Roosevelt a William Sheffield Cowles, 29 de março de 1898, *Letters of Theodore Roosevelt*, vol.2, p.803; ver também Roosevelt a Benjamin Harrison Diblee, 16 de fevereiro de 1898, vol.1, p.775.

42 *Messages and Papers of the Presidents*, vol.10, p.55.

43 O relatório da Marinha de Guerra dos EUA de 21 de março de 1898 está reimpresso em Congresso dos EUA, Senado, *Message from the President of the United States, Transmitting the Report of the Naval Court of Inquiry upon the Destruction of the United States Battle Ship Maine...*, Doc. Senado No. 207, 55th Cong., 2d Sess., 28 de março de 1898; as citações estão nas p.45-6, 67, 73.

44 Hyman G. Rickover, *How the Battleship Maine Was Destroyed* (Washington, D.C.: Divisão de História Naval, Departamento da Marinha, 1976), p.91, 104. Para a relutância inicial da Marinha em erguer o navio, ver Congresso dos EUA, Câmara, *Proposed Removal of Wreck of Battle Ship Maine in Harbor of Habana, Cuba*, Doc. Câmara No.812, 60th Cong., 1st Sess., 26 de março de 1908, p.14.

45 Shelby M. Cullom, *Fifty Years of Public Service* (Chicago: A.C. McClurg, 1911), p.283-284; o comentário de Platt está em *Congressional Record*, 23 de maio de 1900, p.5893; o de Bryan está no *New York Times*, 1 de abril de 1898, p.1.

46 *Messages and Papers of the Presidents*, vol.10, p.56-67.

47 *Congressional Record*, 29 de julho de 1894, p.1578; 8 de dezembro de 1903, p.37-47; 9 de dezembro de 1903, p.66-72; 12 de dezembro de 1903, p.165-168; 14 de dezembro de 1903, p.187-94; 15 de dezembro de 1903, p.254-7.

48 Horatio Rubens atribuiu-se o crédito pela redação da emenda e por ter convencido Teller a apresentá-la. Rubens, *Liberty: The Story of Cuba*, p.341-2.

49 Adeel Day, 7 de abril de 1898, Container 35, Day Papers, LC.

50 Hay a Roosevelt, 27 de julho de 1898, Roosevelt Papers, LC.

51 30 Stat. 1754.

52 Henry Cabot Lodge, "Our Duty to Cuba," *Forum* 21 (maio de 1896), p.282, 287.

53 William Shafter a R.A. Alger, Secretário de Defesa, 29 de julho de 1898, *Report of the Commission Appointed by the President to Investigate the Conduct of the War Department in the War with Spain*, Doc. Senado No.221, 56th Cong., 1st Sess., 1900, vol.2, p.1052.

54 Day a McKinley, 19 de abril de 1898, Day Papers, LC, *Messages and Papers of the Presidents*, vol.10, p.98.

55 *National Party Platforms*, p.67.

56 Cleveland a E.C. Benedict, 14 de abril de 1898, *Letters of Grover Cleveland*, p.499; Cleveland a Olney, 26 de março de 1900, Cleveland Papers, LC.

57 Ver, por exemplo, John Bassett Moore, "The Question of Cuban Belligerency," *Forum* 21 (maio de 1896), p.298-299.

58 *New York World*, 14 de outubro de 1900; Mark Twain, "To the Person Sitting in Darkness," *North American Review* 172 (fevereiro 1901), p.174.

59 *Messages and Papers of the Presidents*, vol.10, p.437

60 *Messages and Papers of the Presidents*, vol.10, p.160-8.

61 Atkins, *Sixty Years in Cuba*, p.306-7.

62 *Messages and Papers of the Presidents*, vol.10, p.152-3.

63 Roosevelt a Lodge, 21 de julho de 1899, *Selections from the Correspondence of Theodore Roosevelt*, vol.1, p.413-414; Wood a Roosevelt, 18 de agosto de 1899, Roosevelt Papers, LC.

64 Shafter ao General Adjunto H.C. Corbin, 16 de agosto de 1898, *Report of the Comission Appointed by the President to Investigate the Conduct of the War Department in the War with Spain*, p.1099.

65 Wood a Roosevelt, 18 de agosto de 1899, Roosevelt Papers, LC; Root a McKinley, 17 de agosto de 1899, McKinley Papers, LC.

66 Wood a McKinley, 12 de abril de 1900, McKinley Papers, LC.

67 Root a Wood, 14 de abril de 1900, Registros do Bureau of Insular Affairs (RG 350), NA.

68 Wood a Roosevelt, 8 de fevereiro de 1901, Wood Papers, LC; Root a Wood, 20 de junho de 1900, Root Papers, LC. Para a defesa de Root desses requisitos eleitorais, ver Root a Paul Dana, 16 de janeiro de 1900, Correspondência Pessoal, Container 178, parte II, Root Papers, LC.

69 Atkins, *Sixty Years in Cuba*, p.322; Wood a McKinley, 12 de abril de 1900, Wood Papers, LC.

70 *National Party Platforms*, p.113, 117, 121.

71 *Messages and Papers of the Presidents*, vol.10, p.152, 224.

72 Wood a Root, 26 de setembro de 1900, Root Papers, LC; Wood a Platt, 6 de dezembro de 1900, Container 28, Wood Papers, LC.

73 Wood a Root, 19 de janeiro de 1901, Root Papers, LC; Wood a Root, 8 de fevereiro de 1901, Wood Papers, LC.

74 Wood a Root, 16 de junho de 1901, Caixa 58, Arquivo 331-342, Arquivos Classificados Gerais, 1898-1945, Registros do Bureau of Insular Affairs (RG 350), NA; Wood a Root, 30 de maio de 1901, Wood Papers, LC.; Orville H. Platt, "The Pacification of Cuba," *The Independent* 53 (27 de junho de 1901), p.1467.

75 Root a Wood, 9 de fevereiro de 1901, Wood Papers, LC.

76 Root a Wood, 20 de junho de 1900, Container 170, Root Papers, LC.

77 *Congressional Record*, 27 de fevereiro de 1901, p.3133; o debate completo está nas p.3132-51.

78 Ibid, p. 2145, 3147-8.

79 31 Stat. 895.

80 Wood a Root, 21 de fevereiro de 1901, Caixa 58, Arquivo 331-372, Arquivos Classificados Gerais, 1898-1945, Registros do Bureau of Insular Affairs (RG 350), NA; Root a Wood, 2 de março de 1901, Root Papers, LC.

81 Root a Platt, 26 de abril de 1901, e Platt a Root, 26 de abril de 1901, Caixa 58, Arquivo 331-71, Arquivos Classificados Gerais, 1898-1945, Registros do Bureau of Insular Affairs (RG 350), NA; Root a Platt, 9 de maio de 1901, Root Papers, LC.

82 Platt, "The Pacification of Cuba," p.1467.

83 Wood a Roosevelt, 28 de outubro de 1901, Wood Papers, LC; Platt a Edwin Atkins, 11 de junho de 1901, Orville H. Platt Papers, Connecticut State Library, Hartford.